

A moratória que pode vir não é a "opcional"

A poucos dias de mais uma renegociação da dívida externa — que agita os meios políticos e tumultua a nossa vida econômica —, o País, à semelhança dos pacientes removidos às pressas para a UTI, vive dias de grande incerteza, em meio a uma campanha irresponsável pela decretação de uma moratória unilateral, boatos de maxidesvalorização do cruzado, taxas de juros em vertiginosa ascensão, inflação em alta e acentuadas quedas nas bolsas de valores.

É este, infelizmente, o clima tenso que antecede a fase mais decisiva das negociações do governo brasileiro com os credores externos privados e os países do Clube de Paris, agravado agora pela perspectiva de uma crise cambial e pela intensa movimentação das forças políticas, que já se encontram em plena disputa presidencial.

O mais estranho é que, há um ano, quando as nossas reservas cambiais líquidas eram da ordem de oito bilhões de dólares, a liquidez internacional do Brasil chegava a quase 10,5 bilhões de dólares e a balança comercial apresentava um saldo mensal superior a um bilhão de dólares, a maioria dos políticos que hoje — por conveniência pessoal — desfraldam a bandeira da moratória não se lembrava de sugerir esse caminho.

Naqueles dias, com dinheiro em caixa para pagar as importações de petróleo e outros produtos essenciais ao funcionamento da economia, o País poderia ter alcançado um acordo mais favorável com os credores externos, mas no momento em que nos encontramos a um passo da insolvência, como ocorreu com o México em 1982, nossa dependência em relação aos bancos estrangeiros e aos países do Clube de Paris é muito maior. Basta ver os números para concluir que não é hora de pensar em ameaças retóricas, nem de blefar com o propósito de obter maiores concessões dos credores. As reservas cambiais brasileiras atualmente mal passam dos quatro bilhões de dólares e o superávit comercial de outubro foi de apenas 210 milhões de dólares (em novembro o resultado da balança pode até, segundo se comenta, ter sido negativo).

Nessas condições, se antes já não víamos lógica na moratória, hoje acreditamos que ela não passa de um pretexto para a agitação política, pois os números das nossas contas externas são desastrosos e suficientemente eloquentes para mostrar que o tempo de "endurecer" com os credores, como pretendem os agitadores da CUT, já passou. Ao contrário, o Brasil está na contingência de pedir aos bancos o adiamento de compromissos da dívida simplesmente pelo fato de que não terá como pagá-los.

Se isso acontecer de fato, a saída possível e natural é contar com a compreensão dos credores, que, como bem observou o ex-ministro das Relações Exteriores da França, Claude Cheisson, atual comissário da Comunidade Econômica Européia, ora em visita ao País, farão o possível para evitar uma crise, pois uma eventual moratória brasileira poderia levar muitos bancos, sobretudo na Europa, à falência.

Além do interesse dos bancos em evitar dificuldades como as que recentemente atingiram o México, ao qual foram obrigados a emprestar mais seis bilhões de dólares (no caso brasileiro, uma operação de socorro seria muito mais cara), o País pode contar com a boa vontade do FMI, porque, não obstante a má administração do Plano Cruzado pelos gestores da economia, esse organismo internacional ainda se mostra disposto a dar seu apoio à negociação com os bancos.

Nesse sentido, cabe lembrar que o governo brasileiro, apesar de se manter retoricamente afastado do FMI, realizou, no final de novembro, ajustes que não tiveram apenas o objetivo de conter a demanda interna e incentivar as exportações, mas também o de sanear as finanças do governo, conforme recomenda o organismo internacional, ainda que, mais uma vez, à custa de novas arrecadações compulsórias e não de cortes das despesas.

De qualquer forma, as novas medidas ortodoxas do governo só podem facilitar o entendimento com o FMI, ao contrário do que desejam os políticos irresponsáveis que não chegam nem mesmo a entender que a situação mudou e a moratória que poderá vir não será mais a de cunho "político", a "opcional", mas a que é consequência natural da inadimplência.

Aliás, o presidente Sarney já definiu claramente a posição do governo. Ele sabe que já se foi o tempo em que o ministro Funaro, do alto de uma situação privilegiada tanto no que diz respeito às reservas cambiais quanto à balança comercial, podia propor aos credores uma limitação das transferências de dólares ao Exterior a título de pagamento dos juros a fim de dispor de recursos para investimentos que sustentassem nosso crescimento econômico. Hoje não se trata de querer ou não querer transferir 11 bilhões de dólares por ano. Hoje não dispomos mais de 11 bilhões de dólares para transferir e teremos de negociar algum tipo de solução semelhante à que obteve o México.

Em resumo, em vez de tentar transformar a dívida externa no bode expiatório de nossos problemas, devemos reconhecer, com humildade, que o País chegou ao impasse graças aos erros cometidos pelos atuais responsáveis pela administração econômica, que acabaram dilapidando a situação folgada que herdaram do governo anterior — é a dura verdade — que a ela chegou no plano externo à custa da maior recessão de que se tem registro na história do País.

Desta vez ninguém poderá culpar o FMI pelos remédios amargos do Plano Cruzado II e outros que fatalmente virão, se o que aconteceu até agora não servir para fazer que o governo se disponha a encarar a realidade como ela é. Os remédios só são amargos para o público externo, por enquanto. Para o governo, Cz\$ 200 bilhões a mais poderá ter o efeito de um tóxico que o faça esquecer de que ele também terá de experimentar remédios amargos na forma de cortes drásticos em suas próprias despesas, se quiser encerrar definitivamente esta sucessão dramática de pacotes "de emergência".

Vamos esperar que no seu pronunciamento de hoje o presidente Sarney encerre definitivamente esse festival de irresponsabilidade dos políticos do PMDB, regido pelos diversos candidatos a ocupar o seu lugar. Vamos esperar que tenha a humildade necessária para reconhecer os erros que lhe custaram a tão decantada popularidade, o mais grave dos quais foi certamente o medo de encarar a verdade. Há quanto tempo nós o advertíamos de que a popularidade se perde com a mesma facilidade com que é conquistada, quando para conquistá-la se engana e se mistifica?

Muito mais importante do que ser popular para quem pretende passar para a História como um grande estadista, é ser respeitado.